

Data e Local: 11 de fevereiro de 2022, às 09h00min, por Webconferência.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: O Conselheiro Jamazi justificou sua ausência devido à reunião do Consad da Holding. Os demais conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Bruno E. N. Januzzi**, Especialistas em Regulação, **Fabiana Szabluk**, empregada pública cedida, Posto Avançado da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); **Elisio Sgrott**, Presidente da Câmara de Vereadores; **Pedro Kuzniecowa**, Vice-presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC); **Enéas Costa Cruz**, Capitão de Corveta Marinha; **Priscila Pedra Barboza**, Secretária da SC Participações e Parcerias S.A.; **José João Tavares**, Diretor de Planejamento de Operações; **Luciellen Lima Caetano**, Chefe do Jurídico; **João Eduardo Muller**, Chefe de Departamento de Engenharia e Infraestrutura; **Jorge Gustavo Sandoval**, Chefe de Tecnologia e Automação; **Leonel Neide Ferreira Junior**, Chefe SSMA; **Rui Roberti**, Chefe Comercial; **Sandro Cassol Bainha**, Chefe de departamento de Segurança Portuária; **Cleydson Silva**, Assessor de Fiscalização de Contratos e Arrendamentos; **Géssica da Silva**, Analista de Comunicação Social; **Paulo Roberto Cunha de Oliveira**, Técnico Portuário Enfermagem; **Clayton Hugo Cipriano**, Técnico Portuário - Operação Logística; **Murilo da Silva de Medeiros**, Administrativo Portuário; **Ana Carolina Marques Nascimento**, Estagiária, da SCPar Porto de Imbituba S.A.; **Eduarda Gonçalves Andrade**, **Manoela Branco Cirne Lima** e **Mariana de Souza**, Secretária Executiva de Gabinete, Empresa Triângulo.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, presidente do CAP, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião.

2. APROVAÇÃO DA ATA RO 01/2022 E POSSES:

Inicialmente, a **Presidente** propôs a aprovação da ata RO 01/2022. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeção pelos conselheiros.

Sobre os mandatos, a Presidente Rita afirmou que foram publicadas no diário oficial da união (DOU) duas portarias: nº 124, de 7 de fevereiro de 2022, a qual reconduziu o Rogberto de Farias Pires (titular); e Portaria nº 123, de 7 de fevereiro de 2022, a qual reconduziu o sr. Jeverson Lopes (suplente), ambos representantes dos trabalhadores portuários, indicados pela Federação Nacional dos Estivadores - FNE. Como ambos não estão presentes na reunião, registra-se que tomarão posse numa próxima oportunidade.

Em seguida, apresentou o Capitão de Corveta Enéas Costa Cruz, novo Delegado da Capitania dos Portos em Laguna, e registrou que está pendente por parte da Marinha sua indicação formal a este Conselho. Ato contínuo, também apresentou o Sr. Elisio Sgrott, convidado permanente, atual Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba.

4. CORONAVÍRUS

O **Presidente Riera** mencionou que está prevista a retomada dos trabalhos presenciais no dia 21/02. Rememorou que, no momento, está vigente a resolução nº 80, a qual trata do teletrabalho e revezamento dos colaboradores dos setores. Após, relatar que

durante os dias 07 a 11/02 não houveram nenhum caso de afastamento ou contaminação pelo Coronavírus, apresentou dados da vacinação, a saber: do total de 110 colaboradores: 73 estão com as 3 doses completas; de 36 colaboradores, 08 estão receosos em realizar a 3ª dose; 28 estão aguardando o prazo necessário para concluir o quadro vacinal; e apenas 1 colaborador não tomou nenhuma dose da vacina.

Quanto ao OGMO, o **Conselheiro Gilberto** comentou que não há registro de contaminação de trabalhadores. No entanto, considerando que não estão mais sendo ofertados pelo Governo benefícios pelo afastamento em função do COVID-19, o trabalhador fica sem amparo, podendo aumentar a incidência daqueles que compareçam ao trabalho com sintomas leves ou assintomáticos.

O **Diretor Presidente** informou que está sendo elaborada uma nova resolução de acordo com as normas da Anvisa, que vai exigir a comprovação da vacinação da covid-19 para acesso em determinadas áreas do Porto de Imbituba, incluindo os caminhoneiros.

Adiante, o **Sr. Gilberto** expôs que a legislação municipal deixou de exigir o uso de máscaras em ambientes abertos, no entanto, justificou que local do trabalho portuário não é considerado ambiente aberto, mas para não ter dúvidas, sugere que o Porto e o OGMO atuem com a mesma regra: é obrigatório o uso de máscara dentro das áreas portuárias. Nesse sentido, o **Presidente Riera** concordou com o **Sr. Gilberto**, uma vez que dentro do Porto é obrigatório o uso de máscaras.

5. INDICADORES DE OPERAÇÃO;

O **Sr. Clayton** relatou que está sendo desenvolvido por meio do “*Data Studio*” um relatório dinâmico que possibilita visualizar indicadores operacionais do Porto de Imbituba. Ato contínuo, compartilhou com os presentes o *link* da ferramenta online (https://datastudio.google.com/s/hfn7QWL_flk) e apresentou em tela algumas informações: Indicadores gerais, Movimentação de carga, Movimentação de contêineres, Tempos médios operacionais, Frota de navios, Veículos de carga, Movimentação Ferroviária, etc.

O **Sr. Bruno** parabenizou a equipe responsável pelo esforço em disponibilizar esta ferramenta, a qual irá possibilitar uma melhor comunicação com a comunidade portuária, e demais interessados. Em seguida, o **Diretor Presidente** informou que esta demanda surgiu devido a necessidade de obter tais dados de forma acessível, visto que no período da administração da Companhia Docas as informações de estatísticas do Porto de Imbituba eram registradas em um livro físico. Por fim, agradeceu a equipe interna do Porto, (Sr. Clayton e Estagiário Sr. Vangünther) responsável pelo desenvolvimento da ferramenta, e informou que o link será disponibilizado aos interessados. Por fim, a **Sra. Rita** sugeriu ao Diretor-Presidente que apresente este case na reunião periódica da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH).

6. OBRA DO CAIS 3; PLANO CONTINGENTE: DENTE DO BERÇO 1, SIMULAÇÃO DE MANOBRA, ESTUDO DE ACOSTAGEM DO DORSO DO BERÇO 2;

Tomando a palavra, o **Presidente Riera** relatou que o edital foi suspenso a pedido do CONSAD para possíveis melhorias. Ou seja, a paralisação das operações no Berço durante um período de 5 meses é uma preocupação de toda comunidade portuária. No entanto, suspender o edital a partir desta justificativa, amplia o desafio da execução da obra de acordo com o cronograma previsto.

Neste sentido, **Sr. Muller**, acrescentou que o procedimento de licitação eletrônica nº 49/2021 (cuja abertura de proposta estava prevista para 04/02/2022) está suspenso “*Sine Die*” desde 27/01/2022, aguardando aprovação do CONSAD. Já o edital nº 58/2021 para contratação de serviços de gerenciamento, supervisão, fiscalização e acompanhamento das obras de reforço do cais 3 já possui empresa vencedora, uma vez que a abertura das propostas aconteceu em 24/01/2022. Em síntese, a previsão para o início das obras está em aberto, mas quando estas começarem, já terão uma fiscalização contratada.

O **Conselheiro Antônio** relatou sua preocupação em relação ao cliente, pois este será o mais afetado com a paralisação do berço. Sendo assim, sugeriu a apresentação de uma nova perspectiva de reavaliação da metodologia de engenharia a ser aplicada na obra. A intenção é que se abrevie o máximo possível essa paralisação, mesmo podendo haver um aumento de custo. Por fim, afirmou que compõe o grupo de trabalho estruturado pelo CONSAD e que está trabalhando contra o relógio, esforços estão sendo feitos para ter alguma definição até fevereiro.

Em seguida, o **Sr. Muller** mencionou que em paralelo à reforma do cais, o porto tem realizado estudos quanto às contingências que podem ser realizadas para mitigar a paralisação da obra e podem ocorrer de maneira mais rápida do que a prevista. Ato contínuo, falou do (1) estudo de manobrabilidade, que está em andamento, (2) do edital da Derrocagem do Cais 1 que será em breve novamente licitado, pois primeira tentativa de licitação, de dezembro, foi fracassada; (3) ampliação do Cais 2, a partir da elaboração de edital como plano de curto e médio prazo (Dolphin de Amarração). Adiante, citou também um edital que tem como objetivo o trabalho das patologias dos Cais 1 e 2, o qual foi lançado em 8 de fevereiro, já com a empresa vencedora. Por fim, relatou que deverá ser lançado edital para reforma do molhe, pois apresenta patologias e necessita de reforço.

Na sequência o **Sr. Bruno** questionou se o berço 2 foi projetado com resistência mecânica para suportar a atracação de navios nos dois lados. O **Sr. Muller** informou que é possível, mas um estudo será contratado para analisar a necessidade das defensas e demais melhorias necessárias. Sendo assim, a **Presidente Rita** afirmou que existem dois tipos de resistência a serem testados: para acostagem em si; e para uso cais com dois navios simultâneos.

Neste sentido, o **Presidente Riera** complementou afirmando que o engenheiro Bruno disse ser necessário reforçar os pilares para atracação do navio, já que tange à pressão que sofrem as plataformas, estas estão aptas para tanto. Além disso, será realizada uma simulação para avaliar como se daria as duas operações simultâneas. Ato contínuo, acata sugestão do Sr. Gilberto para que se faça esse estudo juntamente com a Santos Brasil.

Por fim, o **Presidente Riera** mencionou que as obras de contingências podem ser iniciadas antes da obra do Cais 3 em si, a qual encontra-se com o edital suspenso, sendo assim, ganha-se alguns meses. Além disso, orientou que fosse separada as intervenções de aplicação nos Cais 1 e 2 da demanda do Cais 3, inclusive nos slides da apresentação.

Após discussões, o grupo sugeriu alteração no cronograma atual, bem como renomeou o costado do cais 2 como berço 4 (o atual berço com este nome está sem uso).

7. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS TRATADOS EM REUNIÕES ANTERIORES;

7.1 TRABALHOS RELACIONADOS AO SISTEMA ADUANEIRO;

O **Sr. Jorge Gustavo** relatou que as balanças que estavam apresentando problemas estão sendo automatizadas e integradas com o sistema aduaneiro por meio de sistema de filtragem. Ou seja, através de peças que se comunicam com as balanças, os dados captados são inseridos direto no sistema aduaneiro, sem nenhuma intervenção humana, aumentando a confiabilidade da leitura das placas e pesagens. Por fim, destacou que a partir da implementação do sistema aduaneiro, não aconteceram mais os problemas de controle de acesso.

7.2 TRATATIVAS SOBRE DUPLICAÇÃO DO ACESSO NORTE; PLANO DIRETOR DA CIDADE E PORTARIA 4;

Quanto ao acesso norte, o **Diretor Presidente** citou que a entrega do projeto está prevista para início de março, a partir dele será realizado estudo para definir onde será levado o acesso: portaria 2 ou 4. Neste sentido, sugeriu que o investimento pode ser custeado por meio de previsão em contrato de arrendamento. Adiante, mencionou que o acesso sul saiu da pauta da *Holding* pois será efetuado com recurso do Estado, uma vez que município ingressou no programa “Plano 1000”, e assinou convênios no valor de R \$7 milhões destinado ao melhoramento de tal acesso.

Tomando a palavra, o **Sr. Elísio** falou que, a empresa Iguatemi irá apresentar, no início de março, a primeira versão do projeto da duplicação de acesso norte, desde o trevo RB 101 da nova Brasília até Rua Duque de Caxias e 3 de Outubro, na sequência se discutirá o trevo da Cancha. Quanto ao acesso sul, que vai desde o trevo da br 101 até a rotatória da hipermodal, já teve apresentação pela empresa vencedora do certame, o projeto está ficando bom. A expectativa é recepcionar na semana que vem o projeto definitivo, e desencadear um edital para o processo licitatório da execução da obra.

Após a **Sra Rita** questionar se o trecho da cancha até as portarias do Portos poderia ser contemplado nesse novo projeto da prefeitura, o **Sr. Elísio** responde que está acompanhando junto às empresas envolvidas, e diz que há várias alternativas, e cita uma possível parceria entre a SCPAr, a prefeitura de Imbituba e o governo do Estado. Neste sentido, o **Sr. Riera** informou que pode ser realizado o projeto do acesso 4 com uso de recursos da Holding, assunto que deve ser amadurecido junto aos envolvidos.

Adiante, o **Conselheiro Eduardo** relatou que entende que a melhor forma de acesso ao Porto seria pela portaria 4, e informa que não há agenda programada até o momento para discussão deste tema.

7.3 ICC;

Sobre a Área da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense), o **Diretor Presidente** rememorou que após reunião com a Petrobras e o IMA (Instituto do Meio Ambiente), o projeto de remediação da área protocolado pela Petrobras, foi aprovado pelo IMA. Sendo assim, o próximo passo diz respeito à contratação pela Petrobras de empresa para execução do projeto. Neste sentido, o **Sr. Leonel** relatou que entrou em contato com a vigilância do município, que relatou estar acompanhando as ações ambientais.

Por fim, quanto à possibilidade de incorporar o ativo à poligonal do Porto, o **Diretor Presidente** afirmou a nova data da reunião para discussão do tema, dia 15 de fevereiro de 2022.

7.4 BR 285;

Sobre a BR 285, o **Conselheiro Lito** mencionou que para o trecho catarinense não há problema orçamentário nem burocrático e que as obras estão dentro do programado e com poucas limitações, onde deve ser inaugurado ainda este ano. Relatou também que o trecho Gaúcho ainda está em inércia e em acompanhamento intenso.

7.5 IGAP;

O **Sr. Rui** relatou que está sendo monitorado ações visando a melhora no ranking IGAP, ou ao menos, a sustentação das notas anteriores, que já possibilitam a delegação de competências. Sobre a falta do *software* para controle de arrendamentos, assume compromisso de trabalhar com afinco para adquiri-lo, pois esta necessidade aumenta conforme as ampliações do rol de contratos. Por fim, cita os relatórios circunstanciados, que também são requisitos para a delegação de competências.

7.6 TGL; PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA ÁREA A6.1;

O **Sr. Rui Roberti** informou que a primeira parcela da outorga corresponde a 25% do lance dado pelo vencedor do certame do TGL, será pago e ficará na autoridade portuária.

O **Conselheiro José Roberto** destacou que foi um marco, o primeiro leilão na bolsa de valores de área do Porto de Imbituba, sendo assim, participar e vencer o certame foi uma experiência enriquecedora para a empresa Fertilisanta. Ato contínuo, mencionou que recebeu notificação da ANTAQ, a expectativa é assinar o contrato em 30 dias.

Sobre outorgas, a **Presidente Rita** relatou que apenas analisar o valor quantitativo não é uma boa abordagem, uma vez que o que mais interessa ao setor portuário é o investimento que será feito no Porto e a movimentação. Ato contínuo, questiona sobre cronograma de obras. O **Sr. José Roberto** informou que o cronograma é de um ano, uma obra relativamente rápida que substituirá as partes danificadas por novas.

Adiante, sobre o processo da área 61, o Sr. Rui informou que a ANTAQ autorizou a assinatura do contrato. Além disso, foi submetido à SNPTA um ajuste no PDZ (a área 6.1 estava descrita como área não afeta ao porto). Após retorno da SNPTA, segue-se junto à ANTAQ para a assinatura do contrato.

7.7 CHAMAMENTO PÚBLICO DE EVTEAS

O **Sr. Rui** relatou que o Sr. Carlos Magno propôs uma reflexão: ao invés de lançar ao mercado um chamamento para doação de EVTEAS das oito áreas, lançar um edital para cada área. Afirmou que a primeira abordagem é inicialmente de especulação, mas está aberto a repensar a estrutura atual.

A **Presidente Rita** mencionou que o Sr. Alessandro foi o coordenador de modelagem dos convênios de delegação, sua área de atuação dentro do ministério mudou, atualmente é o coordenador de toda a modelagem Já o **Sr. Carlos Magno** é funcionário da Petrobras cedido e também foi presidente do CAP em gestões anteriores. Por fim, após apresentar aos colegas da SNPTA que estavam visitando o Porto, a **Presidente Rita** afirmou que iria programar uma consultoria com o Secretário Piloni.

8. ASSUNTOS GERAIS

Na sequência, o **Presidente Riera** informou que a Feira Intermodal está prevista

para ser realizada nos dias 15,16 e 17 de março, na cidade de São Paulo, sendo assim convidou aos interessados para realizarem visita no Stand da Scpar Porto de Imbituba no local do evento, comentou também da possibilidade de “assinar” os contratos de xxx na feira.

Por fim, registra-se que a pedido da comissão de transportes de cargas, não foi explanado sobre tal assunto ao longo desta reunião. Também não foi tratado sobre Zona de Processamento de Exportação (ZPE) uma vez que o representante da Secretaria da Fazenda não pode se fazer presente. Ambos assuntos serão pautados no próximo encontro.

9. ENCERRAMENTO:

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** informou que a próxima reunião está prevista para ocorrer no dia 11 de março de 2022.

A secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Juliana Pizzetti Cardoso	Titular
Vinicius Abrantes Perdizio	Suplente
Fabio dos Santos Riera	Titular
Daniel Dobrachinsky Plentz	Suplente
Joel Alves	Suplente
Eduardo dos Passos Nunes	Suplente

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Alexandre Graça Kunz Ferreira	Suplente
Gilberto Barreto da Costa	Titular
Jair Dias Santana	Titular
José Roberto Martins	Suplente
Antonio Carlos Bandeira Guimarães	Titular
Rafael Luiz Pereira	Suplente

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Fernando de Farias (ouvinte)	Titular
Elivelton Luiz Doré (ouvinte)	Suplente
Jetter Martins Nascimento	Titular

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária <i>ad hoc</i>
------------------	--------------------------